

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL DE CAMARAGIBE- PERNAMBUCO.**

MARIA JOSÉ SANTIAGO MORAIS, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF nº055.727.154-17, portadora da cédula de identidade número 3027273 SSP/PE, residente e domiciliada na Rua Presidente Castelo Branco, nº155, Jardim Primavera, Camaragibe/PE, CEP 54753-390; ADAILTON SANTIAGO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 666.677.714-04, portador da cédula de identidade número 3315629 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Presidente Castelo Branco, nº155, Jardim Primavera, Camaragibe/PE, CEP 54753-390; ADIMILSON SANTIAGO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 521.945.584-20, portador da cédula de identidade número 2906450 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Felomena Maria, nº 402, Jardim Primavera, Camaragibe/PE, CEP 54753-340; MARIA DAS GRAÇAS M DE VASCONCELOS SILVA, brasileira, viúva, inscrita no CPF nº489.278.644-68, portadora da cédula de identidade número 2847221 SDS/PE, residente e domiciliada na Rua Amaro Albino Pimentel, nº338, Areeiro, Camaragibe/ PE, CEP 54759-422, neste ato representados pela advogada Marília Silva Martins, solteira, inscrita na OAB/PE 33.199, com escritório profissional na Avenida Brasil, nº 27 - B, Rio Doce, II Etapa, Olinda/PE, com endereço eletrônico [martinsconsultoriaeadvocacia@gmail.com](mailto:martinsconsultoriaeadvocacia@gmail.com), mui respeitosamente à honrosa presença de Vossa Excelência propor a presente:

**ACÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor.

**1. PRELIMINARMENTE:**

**1.1. DO DIREITO AO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:**

Os Requerentes declaram em sã consciência que não tem condições de arcar com a custa e despesas processuais sem prejuízo dos seus próprios sustentos e de suas famílias.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não têm condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos termos da [Lei nº 1.060](#), de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, [parágrafo único](#); 3º e 4º.



Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, os Requerentes desde já requerem este benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de suas famílias.

## 1.2. DO INTERESSE DE AGIR:

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.

## 2. DOS FATOS:

O Sr. JOSE JANUARIO DA SILVA, RG – 514703 SDS/PE em 22 de Agosto de 2016 foi vítima de um atropelamento de moto na PE-05, Camaragibe, conforme Declaração de Atendimento do Samu em anexo.

Em 04 de Setembro de 2016 às 06H30 não resistiu aos ferimentos do acidente e veio a óbito, conforme guia de remoção de cadáver do Hospital da Restauração para IML, Código de Atendimento nº 65 boletim de ocorrência e certidão de Óbito em anexo.

Cumpra esclarecer que o JOSE JANUARIO DA SILVA era casado com MARIA JOSÉ SANTIAGO MORAIS, deixando seus três filhos: ADAILTON SANTIAGO DA SILVA, ADIMILSON SANTIAGO DA SILVA e JOSE WELLINTON SANTIAGO DA SILVA, este último falecido em 28/01/2017, sendo casado com MARIA DAS GRAÇAS M DE VASCONCELOS SILVA, na qual integra o quadro de requerentes.



Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório **DPVAT**, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio **DPVAT**.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr José Leite da Silva, culminado com o óbito, os Requerentes, buscam a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

### 3. **DO DIREITO:**

O Seguro **DPVAT** foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro **DPVAT** compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

*“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea I nestes termos:*

*Art. 20, I – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.*

*Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;*

*Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.*

Assim, resta claro que os requerentes devem ser indenizados pelo seguro, como medida de direito.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA **DPVAT**-INDENIZAÇÃO POR MORTE - BOLETIM DE OCORRÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO - ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 - MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA - RECURSO DESPROVIDO.**(TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT**INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS.**(TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).



Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

*Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

#### **DA PERÍCIA**

Deixa de requerer perícia e, consequentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal.

#### **4. DO PEDIDO:**

Diante do exposto, seguindo a causa pelo rito sumário, em face da regra vigente do art. 275, II, e, do CPC, **REQUER-SE:**

A citação do requerido, para que compareça à audiência previamente designada, (artigo 277-CPC), apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por serem os requerentes pessoas pobres nos termos da Lei nº. 1060/50.

Saindo vencedores, os requerentes renunciam os valores excedentes à 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitido, especialmente pelos documentos inclusos, e prova testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e Espera DEFERIMENTO.

Camaragibe, 04 de Abril de 2018.

Marília S. Martins

OAB/PE 33.199

